

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança em preço de transferência eleva imposto sobre múltis..... 4

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com eleição próxima, governo federal corta R\$ 57 bi em impostos..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Após confusão, Petrobras elege novo conselho nesta quarta..... 6

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica níveis de segurança da plataforma Gov.br..... 8

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS muda regras para liberar benefícios; confira as alterações (Previdência)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Instituições resistem aos ataques à democracia, diz Barroso..... 11

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pague menos IR na venda de imóveis (Marcia Dessen)..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Doria diz ser "especialista" em romper resistências; "Estou na pista", afirma Leite
..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Problema de fundo (Editorial)..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Latam, Gol e Azul vão a Guedes reclamar de preço de combustível e pedir alívio de imposto
..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo recorde nas receitas do petróleo..... 18

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Extremistas alemães migram para o Paraguai esperando paraíso radical..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No Rio, deputado mexe na Fazenda..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro e principal alvo em evento nos EUA..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Congresso quer aprovar marco de criptoativos até junho	22
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
STF julga redução de alíquotas do Reintegra	23
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
PSD investe na disputa pelo Congresso	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Um orçamento próximo da ficção	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Cenário inóspito para investimento produtivo	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
PIB de estados atrelados ao agronegócio deve crescer mais	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Arapucas de fundos atrapalham quem quer surfar na renda fixa (Artigo)	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST ECONOMIA	
Fundos que renegociam dívidas preevem aquecimento	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Quase 50% dos donos de criptomoedas fizeram sua primeira compra em 2021, afirma pesquisa	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
América Latina terá anos de pobreza, diz Banco Mundial	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Guerra na Ucrânia traz crise econômica e política aos latinos (Artigo)	42
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Questão ambiental requer realismo (Editorial)	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com custos em alta, produtores de ovos e suínos optam por reduzir a oferta	46
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Guerra na Ucrânia trouxe ameaça de agravamento da fome no planeta (Editorial)	49
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação maior e juros altos por mais tempo - ALEX RIBEIRO	50
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	

IPCA maior reforça "alívio" na dívida bruta.....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Cresce visão de Selic ainda em alta após maio.....	52

Mudança em preço de transferência eleva imposto sobre múltis

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Com eleição próxima, governo federal corta R\$ 57 bi em impostos

DA REDAÇÃO

O Presidente Jair Bolsonaro (PL) realizou o corte de R\$ 57 bilhões em **impostos** aplicados em todo o País. É o que mostra um levantamento realizado pelo Sindifisco Nacional, que reúne auditores da **Receita Federal**.

Só nos últimos três meses seis **tributos** foram cortados, o que inclui a taxa sobre a importação de motos aquáticas. A maioria dos cortes foi feita em março, a oito meses do processo eleitoral deste ano. Bolsonaro deve disputar a reeleição ao Palácio do Planalto.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi o tributo que apresentou maior redução. Em 25 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto que diminui em até 25% as alíquotas cobradas.

De acordo com o governo, a iniciativa reduz as alíquotas de IPI incidentes sobre automóveis, eletrodomésticos da chamada "linha branca" - como geladeiras, máquinas de lavar roupa e secadoras - e outros artigos industrializados. Ficam excluídos da medida produtos que contenham tabaco.

Os percentuais representam uma diminuição de R\$ 19,5 bilhões na carga tributária para o governo federal em 2022; R\$ 20,9 bilhões em 2023; e R\$ 22,5 bilhões em 2024.

Como se trata de um tributo extrafiscal e de natureza regulatória, o governo fica dispensado de apresentar uma fonte de compensação frente à redução, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 15 de março, o chefe do Executivo federal assinou outro decreto, desta vez para zerar, até 2028, as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidentes sobre operações de câmbio.

A redução do imposto a zero equivale a uma perda de R\$ 19,1 bilhões em receita, e será gradual - ocorrerá de forma escalonada, nos próximos oito anos.

Sendo assim, a exemplo do IPI, também não vai haver

compensação financeira, já que o IOF também é um tributo regulatório.

Ao sancionar o projeto de lei que altera a regra de incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre combustíveis, o presidente também zerou as alíquotas do PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha até 31 de dezembro de 2022.

O corte representa um impacto de R\$ 16,6 bilhões no orçamento federal para o corrente ano. Como o projeto permitia que o governo não compensasse o tributo, a União fica dispensada dessa obrigação.

Cesta básica e etanol

No último dia 21 de março, o governo reduziu a zero a taxa de importação de seis alimentos da cesta básica e do etanol até o fim deste ano. Antes da decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, o imposto era de 18% para a compra de combustível proveniente de países externos ao Mercosul.

Também no dia 21 de março, a Camex também decidiu cortar 10% do tributo de importação para bens de informática e capital. Nesse caso, a redução será permanente.

Somadas, essas duas iniciativas do governo federal representam corte de R\$ 1 bilhão. A taxa de importação é um tributo regulatório e também não exige compensação financeira.

Já no início do ano, o presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nas operações de arrendamento leasing de aeronaves e motores.

A redução vale para 2022 e 2023, e corresponde a um impacto de R\$ 756 milhões. A medida foi compensada com a revogação do Regime Especial da Indústria Química (Reiq).

Site: <https://atarde.com.br/?d=1>

Após confusão, Petrobras elege novo conselho nesta quarta



Bandeira brasileira durante protesto do lado de fora da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro - Cat de Souza - 18.Fev.2020/AFP

Nicola Pamplona

Após um conturbado processo de escolha de nomes pelo governo federal, os acionistas da Petrobras se reúnem nesta quarta-feira (13) para avaliar a terceira troca do presidente e a maior renovação do conselho de administração em pouco mais de três anos de governo.

No encontro, avaliarão também, entre outros temas, as demonstrações financeiras da empresa em 2021 e a proposta de remuneração da administração, que separa R\$ 13,1 milhões para pagar bônus a diretores da empresa por lucros nos últimos anos.

Com maioria das ações com direito a voto, o governo dificilmente deixará de eleger seus oito indicados ao conselho, mas o mercado espera disputa com investidores minoritários, que têm interesse em ampliar sua participação no colegiado.

Responsável por aprovar estratégias e nomeações para a diretoria da estatal, o conselho da Petrobras tem 11 cadeiras, uma delas reservada a representante dos empregados da companhia, a engenheira Rosângela Buzanelli.

Outras duas são reservadas a minoritários, que nos últimos anos acabaram elegendo três representantes, avançando sobre uma das vagas da União.

Os investidores privados indicaram sete nomes e tentarão emplacar mais do que as duas vagas previstas solicitando a adoção do voto múltiplo, sistema que prevê a eleição de cada um dos representantes do conselho e não de blocos de representantes.

Com esse modelo, conseguiram em 2020 emplacar três representantes. Em 2021, tentaram uma quarta vaga, mas não obtiveram sucesso. Fontes acreditam que pode haver conflito entre minoritários e a União no debate para adoção do voto múltiplo.

O principal antagonista do governo na disputa é o investidor Juca Abdalla, apontado como patrocinador da maior parte dos indicados pelos minoritários e ele próprio candidato a uma vaga de representante dos detentores de ações ordinárias.

Os minoritários entendem que um número maior de conselheiros lhes garante um poder maior de fiscalização contra interferências do governo nos negócios da companhia, como o represamento de preços dos combustíveis, por exemplo.

Em outra frente, pode haver também questionamentos ao processo de votação, já que as cédulas foram distribuídas antes da definição final sobre os indicados à presidência e ao conselho: só na última terça (6), a Petrobras recebeu as indicações de José Mauro Coelho e Márcio Weber.

Coelho foi indicado para substituir o general Joaquim Silva e Luna no comando da companhia. Weber, já conselheiro, foi indicado para presidir o colegiado no lugar do almirante Eduardo Bacelar Leal Ferreira. Antes, porém, os primeiros nomes para as vagas foram Adriano Pires e Rodolfo Landim.

Os dois desistiram após questionamentos sobre possíveis conflitos de interesse, gerando uma das mais conturbadas trocas de comando da estatal nos últimos anos.

A lista final do governo indica uma renovação do conselho, já que quatro dos indicados pela União não participam do conselho atual: além de Coelho, são novas as indicações de Carlos Lessa Brandão, Luiz Henrique Caroli e Eduardo Karrer. O governo não justificou as trocas.

No mercado, porém, a avaliação é que tanto o novo conselho quanto o novo presidente manterão a estratégia atual da companhia e não cederão a pressões por represamento de preços, já que tanto a Lei das Estatais quanto o estatuto da companhia têm

mecanismos para evitar operações com prejuízo.

A assembleia avaliará também a proposta de remuneração dos administradores da companhia. A Petrobras propõe a seus acionistas separar R\$ 13,1 milhões para o pagamento de bônus a seus diretores em 2022.

O valor é quase equivalente ao gasto em 2021, mas naquele ano a cifra continha encargos de **INSS** e FGTS, o que não ocorre em 2022. Questionada sobre quanto pagará em bônus pelo resultado de 2021, ano em que registrou lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões, a empresa disse que a informação não é pública.

Ao todo, a Petrobras propõe gastar R\$ 39,6 milhões com remuneração de executivos de sua administração, incluindo diretores e conselheiros, em 2022. O valor é 15,9% inferior ao de 2021, que incluía os gastos com **INSS** e FGTS. Sem considerar esses itens, houve alta de 0,37%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Agência Brasil explica níveis de segurança da plataforma Gov.br

Publicado em 11/04/2022 - 06:34

Por Jonas

Valente - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A plataforma Gov.br é o canal unificado de acesso a serviços do governo federal. Para ter acesso a esses serviços, que vão de consultas de certidões a benefícios, é preciso se cadastrar. A plataforma oferece três tipos de cadastro: as modalidades bronze, prata e ouro.

A plataforma Gov.br é utilizada, por exemplo, para serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), como certificado de vacina, inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), consulta à Carteira Nacional de Habilitação e ações sobre aposentadoria no app Meu **INSS**.

Cada tipo de registro implica níveis de segurança diferentes, mas também demanda coletas de dados distintas.

A modalidade bronze é a mais "básica", na qual o usuário é automaticamente enquadrado ao fazer o seu cadastro na plataforma. Ela não implica coleta de dados sensíveis do cidadão, mas não permite acesso a todas as funcionalidades da plataforma.

No nível bronze é possível, por exemplo, validar dados da **Receita Federal** e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Essa modalidade também permite a inscrição no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a obtenção da Carteira de Trabalho Digital.

O nível prata permite o acesso a todas as funcionalidades do Gov.br. Com ele, é possível acesso ao Valores a Receber, à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda e à obtenção da Carteira Digital de Trânsito.

A migração para esse tipo de cadastro pode ser feita pelo aplicativo Gov.br. Também é possível realizar o procedimento de validação bancária pelo app. Nele, é feita uma autenticação a partir do login em bancos cadastrados.

O governo federal firmou acordo com oito bancos para permitir esse tipo de autenticação, a partir dos aplicativos das seguintes instituições financeiras: Caixa, Banrisul, BRB, Sicoob, Bradesco, Santander, Itaú e Agibank.

O nível ouro demanda a coleta de dados mais sensíveis, mas possibilita serviços que exigem maior nível de confiabilidade. Um exemplo de serviço acessado nessa modalidade é a prova de vida do **INSS**.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/agencia-brasil-explica-niveis-de-seguranca-da-plataforma-govbr>

INSS muda regras para liberar benefícios; confira as alterações (Previdência)

Cristiane Gercina

Com o objetivo de tentar reduzir o estoque de benefícios previdenciários à espera de uma resposta, hoje em 1,6 milhão, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) reuniu, em uma instrução normativa, regras da legislação previdenciária para nortear os trabalhos dos servidores que fazem a concessão e a revisão de aposentadorias, pensões e auxílios da Previdência .

Publicada no Diário Oficial da União em 29 de março deste ano, a IN 128 tem mais de 200 páginas com regras e esclarecimentos sobre os direitos dos segurados e os processos internos do instituto. Houve alterações em normas de concessão de benefícios, conforme novos entendimentos e mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos. Há, ainda, dez portarias de apoio.

Segundo o **INSS**, a nova documentação atualiza critérios para administrar, reconhecer, manter e revisar os direitos dos beneficiários do **INSS** e atua em dez temas: cadastro, benefícios, manutenção de benefícios, processo administrativo previdenciário, acumulação de benefício, acordo internacional, recurso, revisão, compensação previdenciária e reabilitação profissional.

Há, no documento, segundo o instituto, a reunião de centenas de atos esparsos que foram revogados pelo decreto federal 10.139/2019 . Na prática, a nova norma substitui a IN 77, de 2015, e também incorpora as mudanças da reforma da Previdência de 2019 , trazidas pela emenda constitucional 103, de 2019.

Para advogados previdenciários, além das dificuldades em entender e se adaptar a tantas normas em tão pouco tempo, a nova instrução normativa traz pontos positivos e negativos, que podem, inclusive, aumentar a busca do segurado pelo Judiciário para que se reconheçam direitos.

Outra crítica que se faz é à falta de acesso da população ao Portal IN, onde há resumos que permitem entender as mudanças com mais facilidade. "Isso fere o princípio da publicidade, pois todos os atos da administração devem ser públicos e transparentes, não fazendo nenhum sentido limitar o acesso a estes instrumentos, que tutelam direitos coletivos e/ou

individuais", diz Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

Dentre os pontos positivos apontados pelo instituto estão o reforço da validade do Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) como prova para o segurado, a reabertura de tarefa e informações que antes apenas estavam em memorandos com acesso restrito somente aos servidores do **INSS** hoje estão no texto principal e podem ser consultados por quem está de fora do **INSS**

Para a advogada Priscila Arraes Reino, do escritório Arraes E Centeno Advocacia, um dos pontos negativos da IN é o aumento da dificuldade para que o segurado peça a aposentadoria a aposentadoria sozinha. Segundo ela, se o trabalhador esquecer de enviar documentos, o pedido será arquivado. "Vamos dizer que o segurado faz o pedido de aposentadoria sem juntar a documentação necessária; [esse pedido] vai ser arquivado sem julgamento", afirma.

Para ela, isso vai de encontro aos direitos dos beneficiários e ao papel da Previdência. "A primeira obrigação do **INSS** é informar o segurado dos seus direitos e instruí-lo para que ele alcance os direitos que ele tem e não dificultar a vida desse segurado."

Segundo Adriane, o formulário chamado de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) foi atualizado. Houve mudanças na parte estética, além de exclusão e inclusão de itens. "Foi excluída a existência de monitoração biológica, que eram os campos 17 e 18", diz.

Adriane explica que o **INSS** já não exigia mais essa informação porque existe resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) ligada ao sigilo médico da informação sobre manipulação biológica. Outra alteração é que o engenheiro de segurança do trabalho e o médico do trabalho não precisam mais informar o NIT (Número de Identificação do Trabalhador), mas devem registrar o CPF.

Para Rômulo Saraiva, advogado previdenciário e colunista da Folha , os novos campos a serem preenchidos no PPP em relação a eficácia, validade e uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) são preocupantes. O motivo é que muitas empresas não fazem o acompanhamento necessário da

insalubridade e da periculosidade e podem acabar anotando informações incorretas.

"Isso pode redundar em preenchimento de informações não verídicas, apenas com propósito de entregar o documento ao empregado. Essas informações não verídicas tendem a não condizer com a realidade. Termina criando um embaraço para reconhecer o tempo especial", diz ele.

No caso da união estável, para os advogados, houve um avanço. Desde 2019 que o **INSS** exige documentação comprobatória da união dos últimos 24 meses antes do pedido. Além disso, o segurado que fica viúvo deveria levar, no mínimo, dois documentos recentes ao instituto para ter o direito reconhecido.

Com a IN, para o IBDP, houve um avanço. "Há permissão de que se há um documento apenas, o que é bem comum, a segunda prova já poderá se dar por meio da justificativa administrativa", diz nota do instituto.

"Não precisa de duas provas documentais. Uma já é suficiente para fazer o procedimento de justificativa administrativa para prova de união estável", explica Adriane. A justificativa administrativa é o pedido para levar testemunhas ao instituto no intuito de conseguir a concessão do benefício.

Já a advogada Priscila destaca uma novidade: será reconhecida a união entre indígenas nos casos em que o segurado tenha mais de uma companheira, desde que seja comprovada pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

O segurado que paga o **INSS** como contribuinte individual conseguirá prorrogação na chamada qualidade de segurado caso prove que não pagou as contribuições previdenciárias porque estava desempregado, ou seja, por não ter conseguido exercer sua atividade autônoma.

Segundo o IBDP, além dos 12 meses de período de graça a que ele já tem direito, será concedida uma nova contagem, de mais 12 meses, conforme as regras da Previdência. O período de graça é a quantidade de meses em que o trabalhador continua tendo direito à cobertura previdenciária mesmo sem pagar o **INSS**.

Esse tempo varia de seis meses a três anos de manutenção da qualidade de segurado, que garante o direito a benefícios do **INSS**, dependendo do tipo de vínculo empregatício e de quanto tempo o segurado pagou as contribuições de forma ininterrupta.

A limitação do auxílio-doença na aposentadoria está

ligada ao benefício especial, conforme explica Adriane. "Se a pessoa exerceu atividade especial, o período de afastamento não será contado após o decreto 10.410, de 2020, que foi internalizado pela IN 128", diz ela.

A nova norma retira a possibilidade de contar como especial o tempo de afastamento do trabalhador que atuava em atividade prejudicial à saúde e passou um período recebendo o auxílio-doença. Com isso, profissionais de áreas que oferecem risco que tiveram afastamentos podem não conseguir a aposentadoria especial.

Segundo Rômulo Saraiva, a medida vai de encontro ao que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) já decidiu no Tema 998 como recurso repetitivo, que vale para todas as ações do tipo na Justiça. No Judiciário, inclusive, o trabalhador consegue contar como especial até mesmo o período de afastamento de quem recebia auxílio-doença comum.

A instrução normativa 128 traz a proibição de que herdeiros exerçam alguns direitos do segurado que morreu, como desistência do benefício para pedir outro mais vantajoso, já que a troca de aposentadoria é uma medida que foi barrada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), reafirmação da DER (Data de Entrada do Requerimento) e complementação de contribuições ou opção por benefício mais vantajoso.

"Os herdeiros não terão gerência sobre a possibilidade de reafirmar a DER ou fazer qualquer modificação no pedido que estava em andamento no **INSS**, que poderia permitir um benefício mais vantajoso. O entendimento é que o benefício ainda não estava concedido", diz Adriane.

A reafirmação da DER é a possibilidade de mudar o dia do pedido do benefício para uma data mais vantajosa ao segurado, fazendo com que ele consiga ter acesso a uma aposentadoria melhor.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/inss-muda-regras-para-liberar-beneficios-confira-as-alteracoes.shtml>

Instituições resistem aos ataques à democracia, diz Barroso

Isadora Peron De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Pague menos IR na venda de imóveis (Marcia Dessen)

Marcia Dessen

Incomoda a você declarar por R\$ 200 mil seu imóvel residencial que vale R\$ 1,4 milhão? A mim, sim. E aquele VGBL antigo, que já completou dez anos de idade, registrado na declaração por um valor muito mais baixo do que o saldo atual? Outra estranheza, não é verdade?

Ah, e as ações compradas há muito tempo que continuam registradas pelo valor de aquisição? Elas valem muito mais agora, por que não podemos atualizar o valor a cada ano? Confesso que só parei de reclamar e achar que estava errado quando entendi por que é assim.

Lembre-se de que a declaração é feita à **Receita Federal** e que o intuito dela é arrecadação de imposto sobre rendimentos e ganho de capital elegíveis à tributação. A arrecadação do imposto só pode ser feita no fato gerador, definido pela própria Receita, normalmente a venda (ou resgate) do ativo, evento que acorda o leão e sinaliza que está na hora de entregar ao fisco parte do ganho.

O Imposto de Renda, quando aplicável, incide sobre os rendimentos ou ganho de capital líquido, apurado sobre a diferença entre o valor de venda e o valor de compra, deduzidos os custos operacionais admitidos. A fatia do leão (alíquota) é definida em razão do tipo de ativo e do montante da renda ou ganho de capital.

Como não podemos atualizar o valor dos ativos na ficha de bens e direitos, nosso patrimônio será sempre nominal. Nem a **inflação** oficial pode ser utilizada para atualizar o valor dos bens, a Receita não quer saber o valor atual da riqueza de cada contribuinte, quer saber o valor nominal de aquisição, necessário para calcular o valor do ganho e finalmente definir o valor do imposto, quando for devido.

Volto ao exemplo do imóvel. Como se trata de um ativo mantido por muitos anos, existe uma grande diferença entre o valor de compra e o valor atual de mercado. Significa que, quando o imóvel for vendido, tanto o ganho de capital quanto o imposto a pagar serão potencialmente elevados.

Se pudéssemos corrigir ou atualizar o valor do imóvel anualmente, o ganho seria menor por ocasião da

venda, e menor seria o imposto devido. Bem, já vimos que não pode, mas o que podemos fazer hoje para reduzir, no futuro, o imposto sobre lucro imobiliário?

Quem realizou reformas e melhorias no imóvel, por exemplo, pode e deve adicionar o valor das despesas ao valor de aquisição no exercício correspondente.

Veja o que diz a Receita no item 636 em Perguntas E Respostas IRPF 2022. "Podem integrar o custo de aquisição, quando comprovados com documentação hábil e idônea, e discriminados na declaração de rendimentos do ano-calendário da realização da despesa:

Viu quanta coisa pode ser incluída no custo de aquisição? Dessa forma, será menor o ganho de capital e menor o IR devido quando o imóvel for vendido. Se você teve gastos e despesas dessa natureza em 2021, não se esqueça de atualizar o valor do imóvel na ficha de bens e direitos.

Se despesas realizadas nos cinco anos anteriores não foram declaradas, avalie se vale a pena fazer uma declaração retificadora.

Para concluir, menciono o projeto de **reforma tributária** que, se aprovado, permitirá a atualização do valor do imóvel na DIRPF com pagamento de apenas 4% de IR. A boa notícia é que a alíquota será bem menor do que a vigente, 15% sobre ganho de capital de até R\$ 5 milhões.

A má notícia é antecipar o pagamento do imposto, desembolsar antecipadamente um tributo que poderia ser pago (ou não) daqui a muitos anos. Prometo escrever sobre isso quando e se o projeto for aprovado.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marciadessen/2022/04/pague-menos-ir-na-venda-de-imoveis.shtml>

Doria diz ser "especialista" em romper resistências; "Estou na pista", afirma Leite



ALESSANDRA MONNERAT GUSTAVO QUEIROZ DAVI MEDEIROS

O pré-candidato tucano à Presidência, João Doria, reforçou ontem sua determinação de disputar a eleição deste ano. Durante sabatina na Brazil Conference, Doria disse ser um "especialista" em romper com as resistências dentro do PSDB. A disposição de Doria coloca em xeque a articulação envolvendo alas da sigla tucana, MDB e União Brasil por uma chapa que reúna o ex-governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB) e a senadora Simone Tebet, pré-candidata emedebista. Depois de migrar do Podemos para o União Brasil, o ex-juiz Sérgio Moro já não é mais visto como potencial candidato pelos nomes do centro político.

Em um recado aos demais postulantes de uma candidatura única em torno da "terceira via", Doria pregou consenso entre as siglas, mas indicou que não deve abrir mão de ser o candidato escolhido pelo grupo.

"Em 2016 eu disputei prévias para a prefeitura de São Paulo.

A maioria expressiva do PSDB não me queria como candidato", disse o ex-governador.

"Não era uma parte, era a maioria expressiva. O

partido teve que fazer prévias. A minha probabilidade de vencer as prévias era praticamente nenhuma.

Vencemos as prévias e depois vencemos as eleições.

Em 2018 mais uma vez prévias do PSDB, fui colocado por deputados estaduais que não representavam a maioria", destacou.

"O então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por quem tenho respeito, se posicionou contra mim, apoiando a candidatura de Márcio França, do PSB (...) Disputei as prévias com pouca probabilidade de vencer. Vencemos as prévias e as eleições. Estou me tornando um especialista em romper com essas tradições." EVENTO. Doria venceu as prévias em novembro do ano passado, superando o ex-governador gaúcho. A disputa dentro do PSDB é considerada central para uma articulação que reúna os três partidos em uma mesma chapa. Leite e Simone participaram também do evento realizado em Boston e apoiado pelas universidades Harvard e MIT - que tem o Estadão como parceiro na cobertura dos debates.

"Estou na pista para negócios", disse Leite no último painel da conferência após ser provocado pela colunista do Estadão, Eliane Cantanhêde.

Já Simone Tebet afirmou que se sente preparada para liderar a candidatura presidencial organizada pelo que chamou de "centro democrático" e disse que considera Moro atualmente fora do páreo. "Me desculpe o ministro Sérgio Moro, mas hoje ele não é, por enquanto, o pré-candidato do União Brasil, que vai ter um pré-candidato que é o Luciano Bivar." Em sabatina realizada no sábado, o ex-juiz falou como presidenciável e disse seguir com disposição para a candidatura presidencial. "Óbvio que todos nós nos sentimos preparados. Eu me sinto preparada para liderar essa legião que existe por trás de nós que não quer nem o atual governo nem voltar ao passado", afirmou.

PARTIDOS. Os dirigentes do PSDB, MDB, Cidadania e União Brasil decidiram lançar uma candidatura conjunta à presidência, cujo nome será anunciado no dia 18 de maio.

Entre as propostas discutidas para um possível governo liderado por ela, Tebet defendeu que

questões referentes à segurança pública precisam ser coordenadas pelo governo federal.

Neste contexto, sugeriu a criação de um ministério da Segurança Pública separado do Ministério da Justiça.

Em meio a diversas críticas ao governo, a senadora aproveitou, ainda, para levantar a bandeira de uma **reforma tributária** que, segundo ela, poderia diminuir a desigualdade de renda no Brasil. Ela propôs, por exemplo, a readequação de **tributos** para a faixa mais rica da população.

Já o debate em que Leite participou passou por diferentes temas da área econômica. Ao ser questionado sobre a atual política de preços de combustíveis, ele disse que a Petrobras "precisa ser conduzida a um processo de privatização responsável".

Anúncio

PSDB, MDB e União Brasil prometem anunciar, em maio, candidatura única à Presidência

Lemann afirma que País terá "novo presidente" em 2023

O bilionário e megainvestidor Jorge Paulo Lemann afirmou que o Brasil terá "um novo presidente" em 2023. A declaração foi dada anteontem em um painel da Brazil Conference que discutia inovação nos modelos de trabalho pós-covid.

Durante o debate, ele foi questionado sobre seus planos e metas para 2023. Na resposta, Lemann disse desejar que o País melhore seu sistema de educação e sinalizou que espera mudanças no Executivo federal: "Temos uma eleição em curso no Brasil e teremos um novo presidente".

Lemann acrescentou ainda que, em sua visão, o avanço da educação no País deve ser prioridade nas próximas décadas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Problema de fundo (Editorial)

Soluções voluntaristas para problemas complexos, mal estudadas, com frequência produzem novas distorções sem resolver as originais. Tem sido assim com o financiamento, impingido aos pagadores de **impostos**, de eleições no Brasil.

Deflagraram a mudança do modelo as revelações, em meados da década passada, de corrupção soberba envolvendo políticos e companhias interessadas em contratos e regulações estatais. O diagnóstico, absorvido no calor do momento, foi o de que a causa do descalabro era a permissão de doações de empresas para candidaturas.

Afastando-se do cânone da divisão de Poderes, o agente da mudança não foi o Congresso Nacional, mas o Supremo Tribunal Federal. De repente toda e qualquer forma de custeio empresarial foi declarada inconstitucional pela corte.

Desse modo açodado, embalado em boas intenções, nasceu o monstro do financiamento público de campanhas à brasileira. Do ciclo de eleições de 2018 para este de 2022, o repasse compulsório dos contribuintes para os partidos promoverem candidatos saltou 235%, para R\$ 5,7 bilhões. A **inflação** no período não passará de 35%.

Esse maná de recursos foi canalizado para uma estrutura cartorial e oligárquica de partidos. Seus chefes, entronizados nos postos como capitães hereditários, assumiram um poder colossal, de vida e morte, sobre as candidaturas. Regulamentações supervenientes, como a fixação de cotas para mulheres, mal arranham essa relação.

Quando as doações vêm diretamente da sociedade, ou quando os partidos se abrem organicamente aos anseios de seus eleitores e militantes e se oxigenam periodicamente, o financiamento da atividade política reflete melhor o ideal da representatividade.

Na realidade brasileira, ao contrário, o mandonismo enriquecido das cúpulas partidárias inibe movimentos que poderiam espelhar as disposições do eleitorado. O esvaziamento de opções no campo que vai de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Jair Bolsonaro (PL) na disputa presidencial é apenas o exemplo mais visível desse processo.

Acrescente-se o efeito de dezenas de bilhões de reais em emendas distribuídas conforme a proximidade do parlamentar com os mandachuvas do Congresso, e o

resultado são obstáculos difíceis de contornar para quem está fora do esquema estabelecido -sem falar das notáveis brechas abertas à corrupção que se queria evitar.

Há dinheiro demais nas mãos dos chefes dos partidos, democracia de menos nas organizações partidárias e barreiras espessas para a alternância de poder. A continuar assim, a distância entre o cotidiano de 214 milhões de brasileiros e a atividade política só fará crescer.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49877&anchor=6453811&pd=8213af5728f8f3b3a3a1de21a28377ed>

Latam, Gol e Azul vão a Guedes reclamar de preço de combustível e pedir alívio de imposto



Movimentação de aeronaves no aeroporto de Congonhas, em São Paulo Jardiel Carvalho/Folhapres

Fábio Pupo

O ministro Paulo Guedes (Economia) recebe nesta segunda-feira (11) os presidentes das companhias aéreas Latam, Gol, Azul e Passaredo. As empresas querem demonstrar ao chefe da equipe econômica preocupação com o preço do querosene de aviação e aproveitar para pedir alívio tributário ao setor.

Segundo as companhias, o combustível já havia subido 76% em 2021 e representa hoje 50% dos custos (em vez dos tradicionais 30%) em meio à guerra na Ucrânia e à consequente disparada do preço do petróleo.

As empresas afirmam que o cenário gerou um prejuízo de R\$ 16,5 bilhões no ano passado para o setor e tem levado à elevação dos preços das passagens e à reprogramação de malhas aéreas. O setor vê um momento de fragilidade enquanto ainda tenta se recuperar da crise da pandemia.

A culpa de ao menos parte dos valores em alta é de problemas concorrenciais no mercado de combustíveis, na visão do setor -que também tem reunião prevista com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) no mesmo dia.

Especificamente, as companhias reclamam do que chamam de monopólio da Petrobras, de oligopólio na cadeia de distribuição, da falta de transparência na precificação dos combustíveis e da política de paridade internacional da petroleira.

Os encargos e **impostos** aplicados ao setor também

são alvo de pedidos. Os executivos querem um programa de refinanciamento tributário (Refis) para o setor, ou ao menos um diferimento de tarifas de controle aéreo.

Além disso, pedem medidas de alívio ligadas à tributação da folha de salários, ao adicional de periculosidade, ao Cofins aplicado à importação, ao estadual ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e ao Imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves.

No caso das reclamações sobre a Petrobras, o encontro das empresas com as autoridades nesta semana se soma a um movimento já feito no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Conforme mostrou a coluna Painel S.A., as companhias levaram no mês passado ao órgão antitruste, por meio de associações, reclamações sobre a Petrobras no processo que investiga possíveis infrações à ordem econômica pela petroleira.

O objetivo do pleito apresentado ao Cade é fazer o órgão antitruste incluir o querosene de aviação na investigação iniciada em janeiro acerca dos reajustes ou abrir um novo inquérito.

O pleito no Cade foi aberto por associações como Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) e Iata (Associação Internacional de Transportes Aéreos). Em resumo, elas defendem a necessidade de aumento da concorrência nos combustíveis.

"Existe um monopólio de fato na produção e importação do QAV [querosene de aviação] pela Petrobras, [que atua] como fornecedora quase exclusiva do QAV no país", afirmam as associações na petição ao Cade.

As entidades afirmam ainda que a Petrobras faz pequenas flutuações de preço, cobrando mais quando não há ameaça de concorrência -e menos quando nota intenções de importação de outras empresas. Isso porque as concorrentes teriam que usar necessariamente a infraestrutura logística da Petrobras na importação, dando à petroleira condições

de monitorar o mercado.

Além disso, as companhias aéreas dizem que a venda de refinarias -fruto de acordo com o Cade- não vai resolver os problemas porque a Petrobras ainda seria a única produtora nos mercados mais relevantes.

Procurada, a Petrobras negou haver monopólio em querosene de aviação e disse que o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições legais, regulatórias ou logísticas. Disse ainda que comercializa o querosene apenas para distribuidoras, sem gestão sobre preços praticados para as companhias aéreas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Novo recorde nas receitas do petróleo

CAROLINA NALIN

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Extremistas alemães migram para o Paraguai esperando paraíso radical

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No Rio, deputado mexe na Fazenda

Gabriel Vasconcelos Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Bolsonaro e principal alvo em evento nos EUA

*Mônica Scaramuzzo e Francisco Góes De São Paulo e do
Rio (Colaborou Hilton Hida, de São Paulo)*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Congresso quer aprovar marco de criptoativos até junho

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4

STF julga redução de alíquotas do Reintegra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4

PSD investe na disputa pelo Congresso

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Um orçamento próximo da ficção

INGRID SOARES

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 deverá ser entregue pelo Ministério da Economia no Congresso Nacional até o próximo dia 15. Segundo especialistas, o governo deve propor um déficit fiscal de cerca de R\$ 70 bilhões em 2023. Mas essa estimativa pode se tornar ficção, com o agravamento do cenário econômico.

A economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV IBRE, Juliana Damasceno, relata que, em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), no meio da semana passada, o colegiado tem discutido um déficit de R\$ 66 bilhões, próximo ao que foi estimado para este ano.

"Na junta, preveem déficit para 2023 e 2024. Já o superávit, só em 2025", conta. Juliana Damasceno avalia que o déficit ficará acima de R\$ 66 bilhões. "Acredito que fica maior que isso. Nossa projeção está em R\$ 70 bilhões de déficit porque está levando em conta a inércia inflacionária, sem grandes impactos do lado da despesa. Porém, o cenário é improvável, porque devemos ter aumento significativo nos gastos. Por isso o teto tem que ser revisto. Qualquer governo que assuma vai mexer no teto porque não tem como acomodar despesas. Depois das eleições, um cenário com R\$ 70 bi ainda é otimista", diz.

Wagner Figueiredo, diretor da Consultoria de Orçamento da Câmara, avalia que, em relação às definições da LDO 2023, o cenário fiscal no próximo ano ainda permanecerá de déficit primário. "Essa situação se mantém porque, apesar do teto de gastos, todos os anos têm ocorrido modificações que ampliam as possibilidades de gastos, o que contribui para a manutenção dessa situação. Observa-se um agravamento do cenário uma vez que permanece insistente uma **inflação** alta, mesmo com os repetidos aumentos da taxa de juros. Essa situação pode comprometer a capacidade de crescimento do país", destaca.

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), defende que o fundamental na discussão da LDO será avaliar a base de projeções fiscais e econômicas. Ele aponta que o déficit de 2022, certamente, superará os R\$ 100 bilhões e para o ano que vem, discorda que se consiga ser reduzido a R\$ 66 bilhões.

"O primeiro ano do próximo mandato presidencial será

um dos mais difíceis sob o aspecto da reorganização do orçamento e das regras fiscais. A mudança recente do teto de gastos deixou o navio à deriva. A proposta das diretrizes orçamentárias é um momento importante para começarmos a discutir o médio prazo. O déficit de 2022, certamente, superará os R\$ 100 bilhões. Para o ano que vem, acho difícil que se consiga reduzir a R\$ 66 bilhões", estimou.

Gil Castello Branco, diretor geral da Associação Contas Abertas ressalta que o governo encaminhará o projeto apenas para cumprir a formalidade exigida pela Constituição, isso porque, argumenta, é praticamente certo que os dados serão revisados na aprovação do orçamento para 2023.

"Com todas as incertezas relacionadas às eleições presidenciais e às consequências da guerra, é impossível para qualquer analista estimar com precisão parâmetros como a própria **inflação**, que influencia diretamente, por exemplo, o teto de gastos e o salário mínimo", comentou. "Na aprovação do orçamento de 2022, os parâmetros da LDO encaminhada em abril de 2021 foram totalmente revistos, o que muito provavelmente ocorrerá no fim deste exercício ao ser aprovado o orçamento para 2023", previu.

Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Ellery, em parte por conta da pandemia e por estratégia do governo, o orçamento perdeu muito da força que tinha e beira o que caracterizou como uma "peça de ficção". "Não será surpresa se a base do governo dominar ainda mais o orçamento com medidas na linha do orçamento secreto. Talvez venha algo para o funcionalismo, com foco nas categorias mais ligadas ao presidente. De toda forma, acredito que mudanças feitas pelo Congresso (com aprovação explícita ou implícita do Planalto) vão mudar de forma significativa o texto que a equipe econômica mandar", analisou.

Ao Correio, o Ministério da Economia informou apenas que o PLDO "será enviado ao Congresso Nacional conforme o prazo legal".

Cenário inóspito para investimento produtivo

ROSANA HESSEL

Com a **inflação** em disparada e acumulando altas nunca vistas desde o início do Plano Real, em 1994, e as perspectivas de desaceleração ou de estagnação do crescimento econômico, tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, devido à guerra na Ucrânia, os investimentos produtivos, que fazem a roda da economia girar de forma mais sustentada, não devem decolar em 2022, alertam os analistas. Pelo contrário. O ano mal começou e as perspectivas de analistas são de que, em pleno ano eleitoral ? quando os governos federal e regionais tendem a gastar mais em busca da reeleição ? a tendência é de queda nos investimentos produtivos, por conta da escalada da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 11,75% ao ano. Algumas estimativas preveem os juros chegando a 14% até agosto após a surpresa no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março.

Analistas reconhecem que não há perspectiva de crescimento dos investimentos neste ano, principalmente, porque não veem a atividade econômica reagindo, porque o país não tem forças para um crescimento após a alta de 17,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), termômetro dos investimentos produtivos no país, em 2021.

No ano passado, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 4,6% após o tobo de 3,9% em 2020, menos do que as médias globais, de 4,9%, em 2021, e de -3,6%, em 2020. A mediana mais recente das estimativas do mercado do boletim Focus, do Banco Central, prevê alta de 0,5% no **PIB** deste ano, enquanto o mundo, pelas estimativas do Banco Bradesco, de 4,6%. O banco está otimista quanto ao mercado, pois estima alta de 1% no **PIB** de 2022.

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, está projetando queda de 4,2% nos investimentos produtivos, neste ano. "Estamos fechando o mapeamento, mas acreditamos que não deverá haver mais o efeito contábil da importação de plataformas de petróleo", destaca, em referência ao processo de internacionalização de plataformas da Petrobras que nunca saíram do país para aproveitar incentivo fiscal do Repetro. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, não prevê crescimento do **PIB** neste ano e estima queda nos investimentos em torno de 3%. "O governo tem acelerado algumas concessões, por causa das eleições. Mas o investimento privado ainda segue retraído", explica.

Vale ressaltar ainda que houve um fluxo de entrada de investimento estrangeiro no país buscando juros altos e ativos de empresas exportadoras de commodities, na Bolsa de Valores, principalmente. "São investimentos de curto prazo na Bolsa que estão acontecendo pela situação global, agora, com guerra na Ucrânia e **inflação** acelerada. Mas o momento atual é de muita incerteza, e não é para investimentos de longo prazo", afirma o economista da MB.

Carestia recorde

Na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o dado do IPCA, que acelerou 0,61 ponto percentual em relação a fevereiro, para 1,62%, a maior variação para o mês em 28 anos, ou seja, desde 1994, quando o índice foi de 42,75%. No acumulado em 12 meses até o mês passado, o IPCA, que mede a **inflação** oficial, saltou 11,30%, reforçando a tese de que as pressões inflacionárias não devem ser dissipadas tão facilmente, o que exigirá do Banco Central uma carga maior na taxa Selic para conter a **inflação** abaixo do teto da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, reforça que um dos impactos do aperto monetário do BC deverá afetar diretamente o investimento produtivo. "Neste ano, os investimentos devem encolher 2,9% e uma parte desse impacto será em construção civil e a outra, em máquinas e equipamentos. Vamos ter uma combinação de acomodação e uma desaceleração dos investimentos", diz. Ele prevê que o **PIB** de 2022 ano não deverá ser negativo, devendo crescer 0,5%, porque haverá ajuda do setor de serviços, devido à reabertura, e do agronegócio, por conta das exportações de commodities, cujos preços estão disparando devido à guerra na Ucrânia.

Incertezas

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), reconhece que, neste ano, as incertezas para o investidor de longo prazo aumentaram e não apenas por conta das eleições deste ano no Brasil. "O ano de 2022 será difícil e a certeza é de que todos terão que saber nadar em águas turbulentas", resume. "Como tem eleição, em princípio, esse risco está mapeado, mas a guerra na Ucrânia ajudou a busca de retorno. É triste

ver que há quem esteja lucrando com a guerra e com o real se valorizando. Eu entendo esse momento, mas isso não quer dizer que o Brasil vai ser maravilhoso. Alguns segmentos se beneficiam, mas essa guerra pode ser disruptiva", explica.

Na avaliação de Silvia Matos, o movimento de investidores estrangeiros é fruto dos juros altos e do estoque de capital depreciado, e, por conta disso, é preciso pensar racionalmente, pois esse fluxo pode mudar de direção a qualquer momento, basta os Estados Unidos começarem a elevar os juros de forma mais acelerada. "Esse movimento está longe de ser investimento sustentável", frisa.

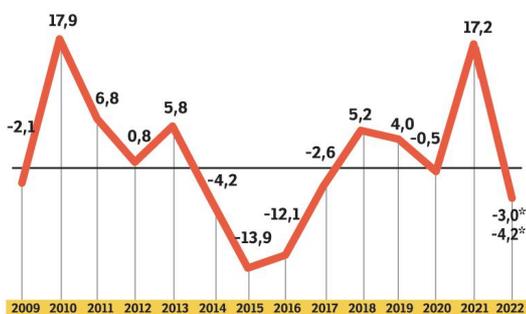
A economista do Ibre lembra que, para o país conseguir crescer acima do potencial, que encolheu nos últimos anos e está abaixo de 2%, a taxa de investimento em relação ao **PIB** precisa ficar em torno de 24% a 25%. Em 2019, ficou em 19,2% e, neste ano, deve ficar abaixo disso. "O crescimento da economia em 2021 foi bastante desigual e, diante de tantas incertezas e com o crescimento econômico do país estagnado, com **inflação** persistente e na casa dos dois dígitos, o desemprego continuará elevado e não haverá alívio para a renda das famílias. Resumindo: Não tem notícia boa", lamenta.

Crise e incertezas

Turbulências da economia brasileira impactam investimentos em produção

NA CONTRAMÃO

Apesar do crescimento de 17,2% em 2021, quando o PIB cresceu 4,6%, o investimento produtivo no país deve apresentar queda neste ano enquanto a economia patina



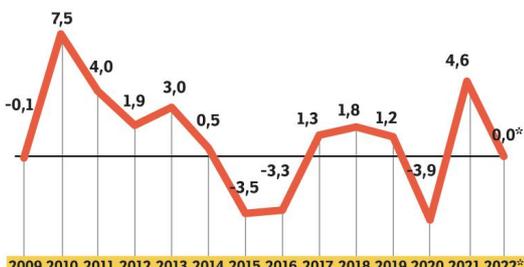
*Previsão da Tendências Consultoria
**Previsão da MB Associados

FREIOS ARMADOS

Em pleno ano eleitoral, economia deve andar de lado, na melhor das hipóteses neste ano, enquanto a inflação não dá trégua e os juros disparam terreno fértil para travar qualquer investimento

EVOLUÇÃO DO PIB

Variação no ano — Em %



*Previsão da MB Associados

INFLAÇÃO PERSISTENTE

IPCA — Variação acumulada em 12 meses — Em %



*Previsão da MB Associados. Vale lembrar que o teto da meta de inflação deste ano é de 5%

TAXA DE JUROS EM ALTA

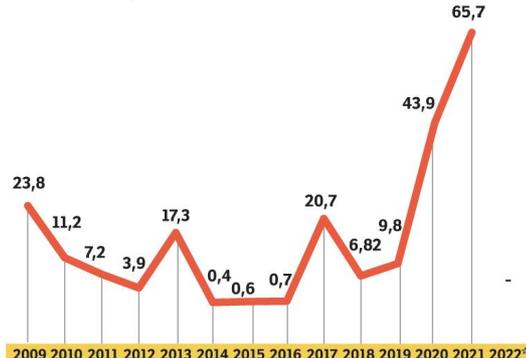
Taxa Selic — Em % ao ano



*Previsão da MB Associados

EVOLUÇÃO DE IPOS NA B3

Valores — Em R\$

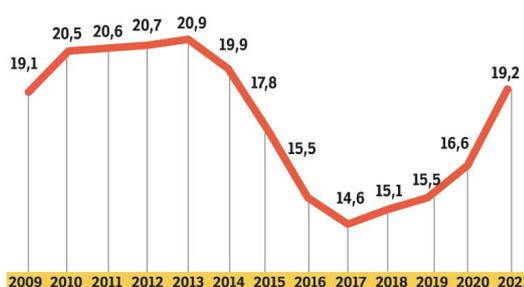


*não houve abertura de capital neste ano até 7 de abril

Fontes: IBGE, Banco Central, MB Associados, Tendências Consultoria, B3 e CVM

DESTAQUES

Evolução da taxa de investimentos no Brasil
Em % do PIB



23

total de desistências de IPOS em 2022

5

número de ofertas em análise em 2022, sendo três de 2021: SBPar, Cia. Riograndense de Saneamento e Tecidos e Armários Miguel Bartolomeu e duas deste ano: Senior Sistemas e Qestra Tecnologia

CAPITAL ESPECULATIVO

Devido às incertezas internacionais e à guerra na Ucrânia, investidores estrangeiros têm aumentado presença na Bolsa, o que tem ajudado a segurar o dólar em torno de R\$ 5

Saldo das operações de investidores estrangeiros — Em R\$ bilhões

Jan/22	23,4
Fev/22	23,6
Mar/22	21,3
Abr/22	0,7
Total/22*	69,1

*Até 6 de abril de 22. Número preliminares da entrada de estrangeiros nas operações de lançamento de ações (IPOS) e emissões secundárias (Follow-On) na B3 — Os dados de 2021 em revisão

PIB de estados atrelados ao agronegócio deve crescer mais



Máquinas operam em lavoura de soja em Mato Grosso Ascom/Agrosp

Leonardo Vieceli

Com o avanço dos preços das commodities, parte dos estados mais atrelados ao agronegócio deve registrar crescimento maior do **PIB** (Produto Interno Bruto) ao longo da pandemia, indicam projeções da MB Associados.

Segundo a consultoria, Mato Grosso do Sul (4,9%), Tocantins (4,7%) e Goiás (4,5%) tendem a apresentar as altas mais intensas do **PIB** no acumulado de 2020 a 2022, na comparação com 2019, o ano anterior à crise sanitária.

"A gente viu um impacto importante da valorização das commodities na pandemia. É natural que isso puxe para cima as projeções em estados como esses", avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Em seguida, aparecem Pará e Espírito Santo, com estimativas de crescimento de 4% e 3,9%, respectivamente, no acumulado de 2020 a 2022.

"O Pará tem o impacto da atividade extrativa", aponta Vale. "O Espírito Santo conta com uma base forte de celulose. Também há o efeito da valorização das commodities", completa.

Os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o **PIB** dos estados

são referentes a 2019. A MB busca estimar o desempenho com a pandemia em curso nos anos seguintes.

No caso do **PIB** nacional, os resultados já conhecidos vão até 2021. Conforme o IBGE, o indicador despencou 3,9% no país em 2020. Após a queda no ano inicial da pandemia, houve alta de 4,6% em 2021.

Em 2022, a MB projeta uma estagnação do **PIB** nacional. Ou seja, a expectativa é de variação nula, de 0%.

Assim, pelos cálculos da consultoria, o indicador deve acumular um leve avanço de 0,5% entre 2020 e 2022, frente a 2019.

"Crescer 0,5% em três anos é quase nada. O cenário de 2022 é de uma economia ainda fraca no país. Isso vai impedir que os estados também tenham uma recuperação mais vigorosa", afirma Vale.

No acumulado de 2020 a 2022, 15 unidades da Federação -14 estados e o Distrito Federal- devem registrar variação superior à do **PIB** brasileiro, segundo a MB.

Em São Paulo, maior economia estadual, o crescimento estimado no período é de 1,3%.

De acordo com as previsões, três unidades da federação devem repetir o leve avanço de 0,5% do indicador brasileiro. São as seguintes: Roraima, Piauí e Paraíba.

Por fim, nove estados tendem a ficar abaixo do **PIB** nacional no acumulado de 2020 a 2022. Desses nove, quatro devem apresentar recuo no indicador, sinaliza a consultoria. São os seguintes: Alagoas (-1,4%), Acre (-0,9%), Ceará (-0,7%) e Bahia (-0,2%).

Vale aponta que as restrições geradas pela Covid-19 prejudicaram estados com grande peso de serviços presenciais. Membros do Nordeste fazem parte dessa lista.

Na região, lembra o economista, o auxílio emergencial mitigou danos iniciais da pandemia. Mas, com o fim do benefício social e a escalada da **inflação** no país, a recuperação do consumo tende a ficar mais

complicada, conclui.

"A **inflação** está corroendo o poder de compra da população. Isso afeta estados com renda mais baixa", diz Vale.

No recorte específico do ano de 2022, 14 unidades da Federação devem ter **PIB** com desempenho superior ao do Brasil, indica a MB.

A maior alta prevista é para o Tocantins, de 1,7%, após projeções de recuo de 1,6% em 2020 e de avanço de 4,6% em 2021.

Na sequência, aparecem Mato Grosso do Sul e Goiás. Em ambos os casos, o crescimento esperado em 2022 é de 1,4%.

Nove estados tendem a registrar variação nula neste ano, a exemplo do país. Outros quatro devem apresentar leves taxas negativas: Acre (-0,3%), Amazonas (-0,2%), Bahia (-0,2%) e Amapá (-0,1%).

Economistas avaliam que o cenário macroeconômico reúne uma série de riscos em 2022. A **inflação** alta vem forçando aumento nos juros, o que dificulta o consumo e os investimentos produtivos de empresas.

Além disso, há incertezas sobre a corrida eleitoral e preocupação com os desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Um dos temores relacionados ao conflito no Leste Europeu é o da escassez de fertilizantes, que afetaria a agropecuária, devido à dependência brasileira das importações do produto.

Site:

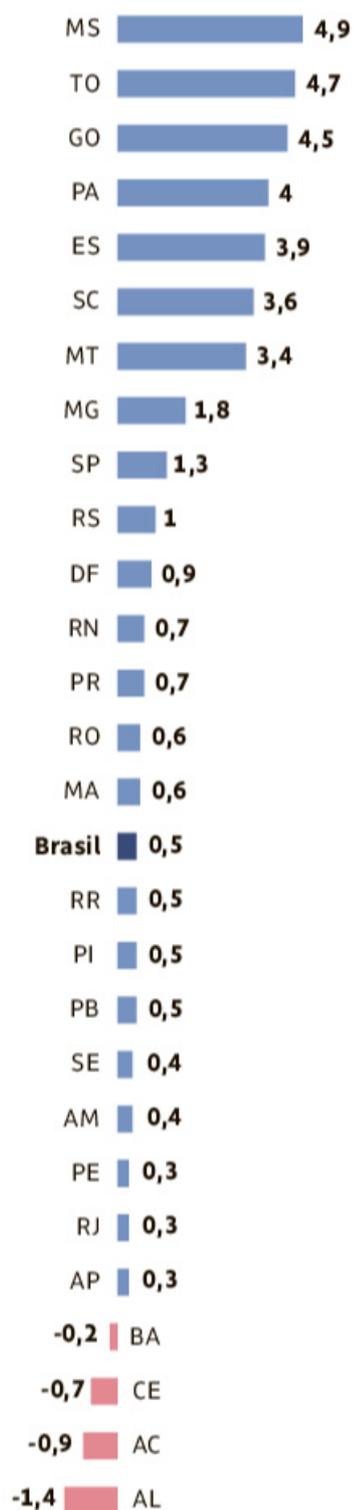
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Desempenho regional na pandemia

Variação projetada para o PIB de cada UF no acumulado de 2020 a 2022

Em %



Fonte: MB Associados, a partir de dados do IBGE

Arapucas de fundos atrapalham quem quer surfar na renda fixa (Artigo)

Marcos de Vasconcellos *Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado*

A renda fixa voltou com tudo. A esta altura do campeonato, ninguém pode ter mais dúvidas. Emitindo títulos de crédito privado com taxas interessantes, empresas como JBS, Vale e até mesmo as lojas Havan confirmaram essa onda e estão chegando ao bolso de investidores.

O movimento parece longe do fim. O Banco Central estima que a taxa básica de juros (Selic) vá sair de 11,75% e atingir seu ponto máximo em 12,75% antes de voltar a baixar. Já a equipe do Credit Suisse acredita que o BC tenha calculado errado o impacto da **inflação** e já aposta em uma Selic de 14%. O Brasil está renovando sua infeliz vocação de "exportar Selic", ou seja: trazer dinheiro de fora simplesmente para a compra de títulos do governo, que, com altas taxas de juros, passa a disputar o dinheiro com o setor privado.

Com o aumento das ofertas de títulos de renda fixa públicos e privados com boas taxas, fica a dúvida (sempre melhor a dúvida do que a dívida): como escolher seus investimentos em renda fixa

Convenhamos que a lista de estratégias para escolher as melhores ações é vasta. Análise gráfica, análise fundamentalista, análise quant... Mas, na hora de escolher ativos de renda fixa, a banda toca diferente.

A primeira coisa ao se deparar com uma oferta é olhar com atenção o setor da empresa e sua exposição a possíveis mudanças do mercado. Há aqueles menos impactados por crises (como infraestrutura e energia) e os mais expostos (varejo e aviação).

O segundo ponto a ser observado é o motivo que levou a empresa a buscar dinheiro no mercado. Está buscando ampliar a operação ou vai fazer uma nova dívida para cobrir um buraco nas contas?

Depois disso, é tempo de olhar o caixa, o nível do endividamento e o lucro. Sempre comparando com outras concorrentes do mesmo setor (não dá para cotejar os números de uma rede de supermercado com os de uma petroleira).

No geral, são informações que precisam constar dos materiais publicitários que as empresas divulgam na

hora de ir a mercado buscar dinheiro de investidores.

Tem ainda os riscos que costumam ficar pouco explícitos nesses materiais de divulgação das ofertas. Levando em conta as três empresas já citadas no início do texto, dá para apontar como fatores de risco de outrora o envolvimento da Vale nas tragédias de Brumadinho e Mariana; as famosíssimas gravações de conversas de um dos donos da JBS, Joesley Batista, com o então presidente da República, Michel **Temer**; e o ativo envolvimento do dono da Havan, Luciano Hang, com a campanha do atual presidente Jair Bolsonaro.

O peso que se atribui a cada informação na tomada de decisão sobre comprar ou não comprar um ativo é que dá trabalho. Para isso, escritórios de investimento possuem as equipes das chamadas "mesas de renda fixa", que orientam os assessores e tiram dúvidas dos investidores, e os fundos de renda fixa, por sua vez, têm a figura dos gestores.

Os gestores de fundos são profissionais remunerados para saber a hora de vender e comprar sem consultar os investidores sobre eles aceitarem essa ou aquela mudança. É carta branca, mesmo.

E a remuneração deles é feita por duas taxas: a de administração (fixa) e a de performance (variável). Agora vem a surpresa: os fundos de renda fixa e de previdência que cobram as maiores taxas de administração costumam dar o pior resultado ao longo do tempo.

Não, você não leu errado: Na maior parte das vezes, paga-se mais para ter pior retorno. Essa foi a conclusão de um estudo feito pela fintech Onze, divulgado pelo site Monitor do Mercado.

O levantamento considerou todos os fundos de investimento de renda fixa e previdenciários com mais de cinco anos de histórico e dividiu-os em quatro grupos, de acordo com a taxa de administração cobrada: até 0,61%; entre 0,61% e 0,96%; entre 0,96% e 1,5%; e acima de 1,5%.

Pois a conclusão é que, olhando as janelas temporais de 24, 36, 48 e 60 meses, a rentabilidade média dos fundos com taxa de administração mais baixa foi melhor do que a dos que mais cobraram de seus

investidores.

Considerando o maior prazo da análise, de cinco anos, a média dos retornos dos fundos do primeiro grupo foi 61% superior à dos fundos do último.

Olhando no detalhe, há até fundos da mesma instituição, que compram os mesmos títulos, mas são oferecidos para diferentes clientes, com taxas de administração diferentes.

O momento é ótimo para escolher bons investimentos de renda fixa. Mas é preciso ficar alerta, para isso não servir apenas de discurso do gerente do banco para te fazer pagar mais por investimentos que vão te dar menos dinheiro.

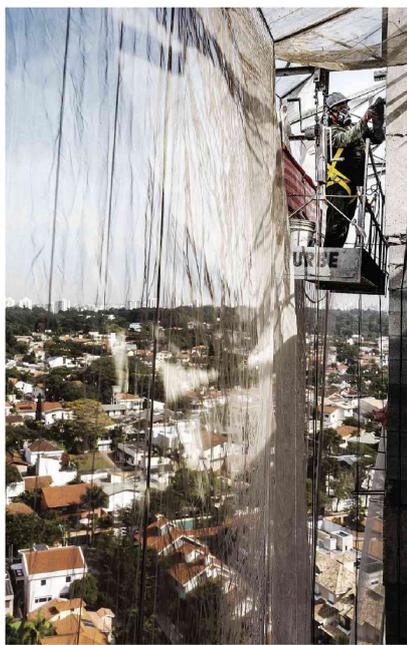
Quer conversar sobre investimentos? Meu e-mail é marcos@monitorDOMercado.com.br

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Fundos que renegociam dívidas preveem aquecimento



Construção de edifício em SP, setor é visto como uma das oportunidades deste ano para recuperar dívidas. Imagem: Exat/Imagem

Lucas Bombana

A combinação do aumento dos juros pelo BC (Banco Central) para combater a **inflação** e um crescimento fraco da atividade econômica neste ano deve fazer com que uma série de pessoas e negócios enfrente mais dificuldades para honrar suas dívidas nos próximos meses.

O que é péssima notícia para muitos, porém, deve ser oportunidade de negócios para outros.

Na temporada de balanços, os grandes bancos foram unânimes em sinalizar a expectativa por um aumento da inadimplência, tendência que já começa a aparecer nos dados mais recentes do BC.

Além disso, levantamento do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) aponta que uma em cada três famílias brasileiras possui dívidas em atraso.

Neste cenário, gestores de fundos de investimento que atuam no mercado de dívidas em atraso esperam por um ano repleto de oportunidades.

Esses operadores se dedicam a comprar ativos considerados problemáticos no mercado, especialmente carteiras de crédito de pessoas jurídicas e físicas inadimplidas, que estão nas mãos de

grandes bancos.

Os bancos muitas vezes preferem se desfazer dos títulos em troca de um valor menor do que receberiam se as dívidas fossem pagas a seguir na tentativa de recuperar os valores devidos.

Sob a posse dos créditos vencidos, adquiridos com uma boa margem de desconto, os gestores partem então para tentar recuperar ao menos uma parcela dos débitos.

Para isso, se valem de uma equipe de cobrança e de um corpo jurídico reforçados, para ir atrás dos devedores e costurar possíveis acordos, o que garante o investimento feito na compra dos papéis.

Guilherme Ferreira, sócio responsável pelas áreas de originação e estruturação de investimentos da gestora Jive Investments, prevê para este ano desembolsar uma cifra ao redor de até R\$ 4,5 bilhões na aquisição de créditos em atraso, o dobro do valor despendido em 2021.

"Ainda vamos ter muito mais volatilidade pela frente, o que tende a ser favorável para o surgimento de oportunidades em ativos estressados", diz o especialista.

Ele faz referências às incertezas tanto na cena global, com a guerra na Ucrânia e o aumento de juros nos Estados Unidos, como internamente, com um **PIB** (Produto Interno Bruto) baixo, a taxa Selic de volta aos dois dígitos e as incertezas eleitorais.

O setor imobiliário e o de consumo e varejo, dos mais sensíveis ao aumento dos juros, são apontados pelo sócio da gestora entre os que podem gerar um número maior de oportunidades para os fundos. "Aumentou a probabilidade de as empresas desses setores terem dificuldades financeiras."

Com cerca de R\$ 8,2 bilhões em ativos sob gestão, a Jive iniciou as atividades em meados de 2010, quando arrematou o que restou das operações do Lehman Brothers na América Latina, banco que veio à falência em 2008 e se tornou um dos símbolos da crise imobiliária americana.

Entre os investimentos já realizados pela Jive no

mercado local, Ferreira aponta a construtora Viver e a empresa de tratamento de resíduos Orizon, ambas com ações listadas na Bolsa de Valores, a B3.

Gestores procuram firmas viáveis, mas em aperto financeiro

Ferreira explica que, além de dívidas vencidas, é comum no chamado "ramo de ativos estressados" o investimento em empresas que atravessam uma fase complicada, mas mostram capacidade de se reestruturar mediante a aplicação de capital estratégico.

"Viver e Orizon eram negócios que passavam por um momento difícil do ponto de vista financeiro e operacional quando receberam nossos investimentos, mas que conseguiram se restabelecer com essa ajuda", diz Ferreira.

Pelo grau de complexidade e nível de risco assumido, os três primeiros fundos da Jive foram destinados somente ao investidor classificado pela legislação de mercado como profissional -aquele com ao menos R\$ 10 milhões em aplicações financeiras. A expectativa de retorno dos fundos é de cerca de 20% ao ano.

No final do ano passado, após um aporte de recursos liderado pela XP, a Jive captou cerca de R\$ 400 milhões com o lançamento do fundo multimercado Bossanova High Yield, de caráter um pouco mais acessível -voltado aos investidores qualificados, com ao menos R\$ 1 milhão em aplicações financeiras.

O fundo é aberto de tempos em tempos para receber novos aportes, mas está neste momento fechado sem previsão de abertura.

Como o risco dos títulos selecionados para a carteira do fundo é menor, o retorno esperado também diminui, para aproximadamente 5% anuais, além do CDI. A taxa de administração é de 2% ao ano, com 20% de performance sobre o que exceder o benchmark.

Está nos planos da gestora lançar ainda neste semestre um novo fundo, desta vez de previdência. Por seguir as regras para a categoria previdenciária de perfil mais conservador, o produto poderá ser distribuído a qualquer investidor interessado na estratégia.

Com uma atuação similar, a gestora Starboard Restructuring Partners está em vias de encerrar o processo de captação do seu terceiro fundo de private equity, que deve levantar cerca de R\$ 1,5 bilhão até meados de junho.

Óleo e gás, energia, varejo e até o agronegócio são

apontados pelo diretor da Starboard, Marcus Bitencourt, entre os setores no radar da gestora, fundada em 2017 por executivos egressos do banco Brasil Plural.

A Starboard soma cerca de R\$ 5 bilhões em ativos sob gestão, com o foco voltado para identificar negócios em situação financeira delicada, necessitando de um fôlego financeiro para se reestabelecer.

Para isso, a gestora assume nas empresas escolhidas participações relevantes, que lhe deem a capacidade de sugerir as estratégias de recuperação.

"Buscamos empresas que precisam de uma reestruturação de capital. Entramos no 'management [gestão] da companhia para fazer um choque de gestão e levar governança", afirma o diretor, que diz ter identificado, na volatilidade recente do câmbio, exportadoras de commodities que tiveram problemas para fazer as proteções adequadas de modo a se proteger dos solavancos de mercado.

A meta de retorno dos fundos, voltados somente aos investidores profissionais, começa a partir de 5% ao ano, além da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mas Bitencourt diz que já houve investimento em que o retorno foi até nove vezes o valor aplicado.

Ricardo Eletro é exemplo de caso em que aposta fracassa

Por causa do nível de risco assumido, contudo, há exemplos de negócios que não atenderam exatamente às expectativas. Um deles foi a aposta feita no Grupo Máquina de Vendas, controlador da varejista Ricardo Eletro, do qual a Starboard se tornou uma das principais credoras no começo de 2019.

Bitencourt recorda que a empresa até chegou a apresentar alguma melhora dos resultados após o investimento, mas, com a pandemia, o desenvolvimento não se deu como o planejado.

O impacto das medidas de isolamento social levou a uma saída precoce da Starboard em agosto de 2020, pouco antes do pedido de Recuperação Judicial (RJ) da Ricardo Eletro.

"Acreditávamos que o negócio ia dar certo, senão não teríamos investido, mas o futuro é imprevisível", diz Bitencourt, acrescentando que a gestora estrutura todas as operações com garantias, créditos tributários no caso da varejista, de modo a se resguardar de qualquer intercorrência.

Já um caso considerado de sucesso estruturado pela

gestora foi o da 3R Petroleum. A empresa é uma resultante de alguns investimentos da Starboard no setor, entre eles na Ouro Preto Óleo e Gás, petroleira fundada por Rodolfo Landim, presidente do Flamengo. Landim chegou a ser apontado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para presidir o conselho da Petrobras, mas abriu mão da posição para se dedicar ao clube.

Se valendo dos planos de desinvestimento da estatal para adquirir uma série de campos maduros de exploração de petróleo, a 3R fez a abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa brasileira em novembro de 2020 e soma atualmente um valor de mercado de aproximadamente R\$ 8,5 bilhões.

Na esteira da disparada na cotação do petróleo por causa da guerra na Ucrânia, as ações da companhia acumulam valorização de cerca de 26% no ano.

A Starboard segue com uma participação relevante na empresa, próxima de 10%, por meio do Fundo de Investimento em Participações (FIP) Esmeralda.

"Com a alta dos juros pelo BC, o dinheiro que as empresas mais alavancadas [endividadas] precisam tomar para financiar as operações e rolar as dívidas fica mais caro e elas podem começar a precisar de um fôlego financeiro. São oportunidades que surgem", afirma o diretor da Starboard.

No dia 30 de março, o BTG Pactual informou em **comunicado** ao mercado que se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco Econômico, que teve a liquidação extrajudicial decretada pelo BC em 1996.

"A operação faz parte da estratégia de investimentos da área de Special Situations [situações especiais] do BTG Pactual, focada na aquisição e recuperação de carteiras de créditos inadimplidos e compra de ativos financeiros alternativos, a qual acumula expertise em "turnaround" [reestruturação] de instituições financeiras em regime especial", diz o documento do BTG Pactual. O valor da operação não foi divulgado.

Em setembro do ano passado, o banco adquiriu em leilão por R\$ 937,7 milhões uma carteira de crédito do Econômico que estava detida pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Segundo **comunicado** do BNDES divulgado na ocasião, os créditos devidos pelo Econômico somavam cerca de R\$ 14,88 bilhões.

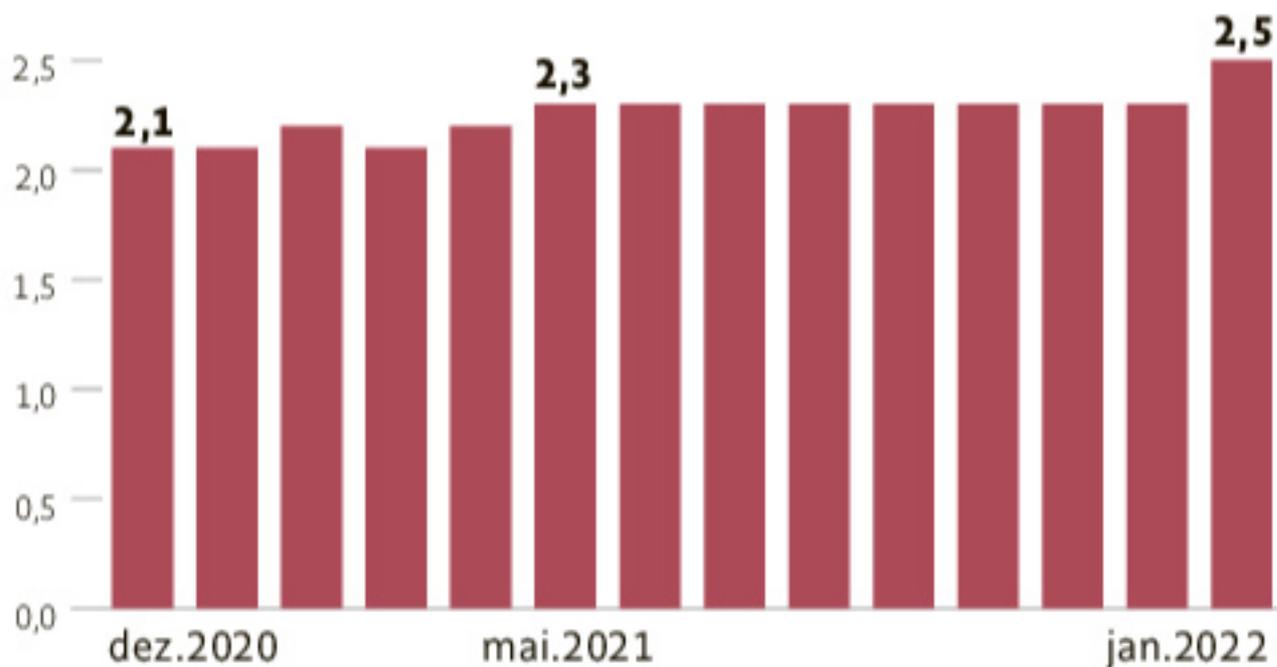
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Evolução da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional

Índice de inadimplência, em %



Fonte: Banco Central

Quase 50% dos donos de criptomoedas fizeram sua primeira compra em 2021, afirma pesquisa



Mulher caminha em frente a telas que mostram cotação de várias criptomoedas, em café em Nakhon Ratchasima, na Tailândia. See Dep. Sun - 21 Jan. 2022/Reuters

Hannah Lang WASHINGTON | REUTERS

Quase metade dos donos de criptomoedas nos Estados Unidos, na América Latina e na região Ásia-Pacífico compraram o ativo pela primeira vez em 2021, de acordo com uma pesquisa realizada pela corretora norte-americana Gemini.

O estudo, realizado com quase 30 mil pessoas em 20 países, foi feito entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. O resultado da pesquisa mostrou que o ano passado foi de grande sucesso para as criptomoedas, à medida que a **inflação** impulsionou a adoção desses ativos em países que sofreram desvalorização das moedas, segundo o relatório.

Brasil e Indonésia foram os países que lideraram o mundo na adoção de criptomoedas, segundo a Gemini, já que 41% das pessoas pesquisadas disseram possuir esses ativos, em comparação com 20% dos entrevistados nos Estados Unidos e 18% no Reino Unido.

A Gemini descobriu que 79% das pessoas que disseram ter criptomoedas no ano passado o fizeram pelo potencial de investimento de longo prazo.

A chance de pessoas que hoje não possuem o ativo e vi vem em países que sofreram desvalorização cambial planejarem comprar criptomoedas como proteção contra a **inflação** é mais de cinco vezes maior, segundo a pesquisa.

Apenas 16% dos entrevistados nos Estados Unidos e 15% na Europa concordaram que elas protegem contra a **inflação**, em comparação com 64% na Indonésia e na Índia, por exemplo.

A rupia indiana caiu 17,5% em relação ao dólar nos últimos cinco anos, enquanto a rupia indonésia desvalorizou-se 50% em relação ao dólar entre 2011 e 2020.

A criptomoeda mais popular, o bitcoin, atingiu um nível histórico de mais de US\$ 68 mil (R\$ 314 mil, na cotação atual) em novembro, ajudando a elevar o valor do mercado de criptomoedas para US\$ 3 trilhões (R\$ 13,8 trilhões), de acordo com a Co inGecko mas o ativo vem sendo negociado na faixa de US\$ 34 mil (R\$ 157 mil) a US\$ 44 mil (R\$ 203 mil) mais recentemente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49877>

América Latina terá anos de pobreza, diz Banco Mundial



Fila para receber comida em frente ao Theatro Municipal, no centro de São Paulo. Lalo de Almeida - 27 Jun. 20 / Folhapress

MERCADO Rafael Balago Washington

A América Latina deve manter o ritmo de crescimento baixo nos próximos anos, avalia um relatório do Banco Mundial divulgado na quinta-feira (7). A expectativa da entidade é que a economia da região, incluindo o Caribe, cresça 2,3% em 2022, 2,2% em 2023 e 2,4% em 2024.

Para o Brasil, o banco prevê altas abaixo da média do continente, de 0,7% do **PIB** em 2022, 1,3% em 2023 e 2% em 2024. O país teve avanço de 4,6% em 2021.

"O Brasil é um dos países que têm mais dificuldades na recuperação da pandemia, talvez em parte porque tenha sido atingido de modo especialmente duro por ela", disse William Maloney, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina. O país soma mais de 660 mil mortos pela Covid-19.

Maloney pontuou que a ameaça de indisponibilidade de fertilizantes, trazida pelas sanções à Rússia, e problemas nas cadeias de valor globais podem dificultar ainda mais a recuperação do país.

Outras grandes economias da região também devem ter crescimento modesto, como Argentina (3,6%), Chile (1,9%) e México (2,1%). A Guiana deve ter o maior desenvolvimento da região, com taxa de 47,9% em 2022, por conta do descobrimento recente de reservas de petróleo. O banco não fez estimativas para a Venezuela.

As consequências da guerra na Ucrânia, como o aumento do preço de combustíveis, levaram o banco a baixar a previsão de crescimento da região em 0,4%. A Ucrânia é um grande produtor de grãos e as restrições às exportações russas de petróleo e metais provavelmente aumentarão os preços das

commodities nos próximos anos. Apesar disso, os países latino-americanos podem ter dificuldades para aproveitar esse boom.

"Embora os preços das commodities continuem fortes, o crescimento da China e das economias avançadas [como da Europa] está mais lento do que antes da pandemia -o que diminui a demanda por exportações da região- e as taxas de juros globais estão subindo para níveis de longo prazo", aponta o relatório.

Assim, o crescimento regional deve seguir aquém do necessário para amenizar a desigualdade social. "De 2010 até o início de 2020, a ALC [América Latina e Caribe] cresceu 2,2% ao ano enquanto o mundo crescia ao ritmo de 3,1%. As previsões para 2022 e 2023 são igualmente desanimadoras e insuficientes para aliviar a pobreza ou dirimir as tensões sociais", compara o relatório.

O banco avalia que a taxa de pobreza na região (excluindo o Brasil) subiu para 27,5% em 2021, contra 25,6% antes da pandemia. E que os efeitos da pandemia podem ser duradouros: a perda de aprendizado dos alunos por causa dos fechamentos de escola pode causar uma perda de renda futura deles de 10% ao longo da vida.

O relatório aponta que o nível de emprego está perto de voltar ao patamar pré-pandemia, mas que há maior presença de trabalhos informais, com menor renda e menos proteção social. E que a volta ao mercado de trabalho está sendo mais difícil para mulheres, jovens e maiores de 54 anos, assim como para trabalhadores com menor formação.

Outros indicadores econômicos geram preocupação, como a **inflação**. O Banco Mundial alerta que a elevação de juros para conter a alta de preços traz o risco de frear a recuperação econômica e, por isso, precisa ser feita de modo preciso. Outra trava para a recuperação é o aumento da dívida pública, que tem ficado em torno de 73% do **PIB**. Esta alta "continuará freando quaisquer grandes investimentos em capital ou em aumento da produtividade", considera a entidade.

Como solução, o banco recomenda "reformas agressivas" em educação, infraestrutura e inovação, de modo a elevar as taxas de crescimento. Também

indica que os países limitem seus gastos públicos, cortando desperdícios e desvios de verbas, que consomem 4,4% do **PIB** local.

Outro caminho que pode potencializar o crescimento é aproveitar as possibilidades de transição energética. A região contribui só com 8% dos gases de efeito estufa do planeta e tem vários exemplos de uso de energias limpas.

Site:

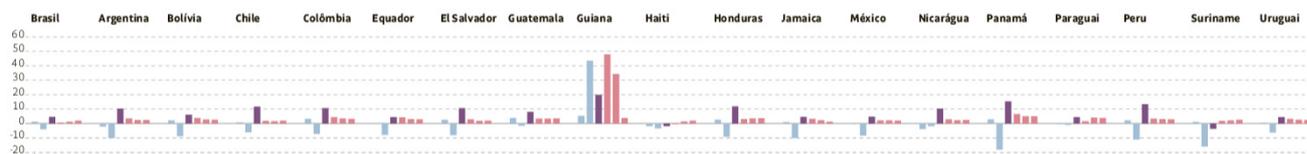
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

77

Projeções de crescimento na América Latina

Taxas de crescimento real do PIB, em %

■ 2019 ■ 2020 ■ 2021* ■ 2022** ■ 2023** ■ 2024**



Brasil: Deve crescer 0,7% em 2022, 1,3% em 2023 e 2% em 2024

Guiana: PIB deve subir 47,9%, embalado por extração de petróleo

Haiti: Deve ser único a ter encolhimento do PIB em 2022, de -0,4%

*Valor estimado, no caso de países que ainda não haviam divulgado os dados até 30 mar | **Valor previsto
Fonte: Banco Mundial

Guerra na Ucrânia traz crise econômica e política aos latinos (Artigo)

LATINO AMÉRICA21 GUERRA NA UCRÂNIA Juan Agulló, *Professor da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) e doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris*

As análises sobre a guerra da Ucrânia tendem a confundir-se os níveis. Tendemos a ser confrontados com reações emocionais, difundidas pelos meios e amplificadas pelas redes, com propaganda disfarçada de notícia e opiniões rigorosas, que são menos difundidas.

Paralelamente, nos vemos submetidos a atualizações constantes sobre a zona de conflito, combinadas com visões mais globais, ainda que também mais desfocadas. Sabemos que existe censura. Mas toda essa amálgama chamamos de informação e é nesta base que construímos os nossos critérios e tomamos nossas decisões.

Seria conveniente, no entanto, afinar as informações porque Rússia e Ucrânia não são Iêmen, Iraque ou Afeganistão. Nem o Cáucaso ou ex-Iugoslávia.

De fato, o impacto estrutural de um confronto híbrido que transborda do leste europeu e transcende de forma crescente no âmbito militar será global e isso terá consequências mais significativas, porém também mais distantes e mais duradouras do que se pode pensar e publicar.

A América Latina tem estado tradicionalmente exposta aos altos e baixos do sistema mundial já que sua relação com a economia global é dependente, sendo o seu papel principal o de exportador de commodities.

Além disso, as fragilidades de nossos sistemas financeiros expõem nossas moedas a altos e baixos que, tal como as atuais espirais inflacionistas, segmentam economias e condicionam a vida dos mais vulneráveis.

A conjuntura, por outro lado, também não ajuda. Antes de todo o inferno ter se desencadeado na Ucrânia, a situação nesta parte do mundo já era preocupante: o impacto da pandemia tinha sido devastador. A desaceleração parecia um fato consumado, ao mesmo tempo que a desigualdade havia voltado a correr solta.

Em 2021, a pobreza extrema havia crescido quase 14% em toda a região. Até há alguns meses atrás, a América Latina parecia condenada a padecer alterações comerciais (consequência de mudanças na demanda internacional) com potencial para provocar turbulências como as vividas nos últimos tempos no Paraguai ou na Colômbia.

A guerra na Ucrânia, no entanto, está alterando tudo. Antes mesmo de a Rússia tornar pública a sua resposta às sanções ocidentais, dispararam os preços internacionais de commodities como petróleo, gás, aço, níquel, urânio, metanol, fosfatos e trigo.

Em nível global já houve consequências: desde altas súbitas nas contas de energia a altas descontroladas de preços ou perdas para empresas.

Segundo os peritos, se a situação não melhorar, poderá haver problemas de abastecimento para a produção de bens tão básicos como microchips (portanto, dispositivos tecnológicos), plásticos e mesmo alimentos.

No curto prazo e em nível micro, haverá, desde já, aumentos generalizados da **inflação**. Mas olhando para o longo prazo e em nível **macro**, em menos de um mês, a nossa região voltou a se erguer geopoliticamente. A rápida e eloquente aproximação dos Estados Unidos à Venezuela constitui um exemplo.

Mas o petróleo do regime de Maduro (que não é o único: o México também tem grandes reservas) é só um dos nossos grandes trunfos estratégicos face à escassez de matéria-prima que se avista.

Trinidad e Tobago e Guiana têm depósitos de gás; Colômbia e Guatemala, níquel; Bolívia, lítio; Chile, cobre; o Brasil, para além de produzir bio combustíveis, é, tal como o Peru e todo o arco andino, uma potência da mineração. A Venezuela tem fosfatos e a Argentina produz trigo.

Todos esses atributos sob a forma de matéria-prima nos permitem recuperar subitamente, especialmente aos olhos dos EUA e dos seus aliados, um interesse estratégico que durante os últimos 20 anos a Ásia tem mantido.

Essa região, no calor de crescimentos econômicos apoiados não só na solidez da economia chinesa, mas também em uma rede consistente de organizações multilaterais próprias (como a Organização de Cooperação de Xangai), estava sendo convertida em locomotiva da economia global e em ímã para investimentos estrangeiros.

Mas, paradoxalmente, a pressão geopolítica que a Rússia se vê agora pode contribuir a fortalecer um bloco econômico que tem no seu núcleo uma sólida (e recentemente relançada) aliança estratégica entre Moscou e Pequim.

A melhor prova da sua importância geopolítica é que praticamente nenhum país asiático, incluindo a Índia, Paquistão ou os Emirados Árabes Unidos, aplicará sanções contra Moscou.

Na América Latina, no entanto, embora a maioria dos nossos países também não imponha sanções a Moscou, o panorama geopolítico é diferente. A chave é que aqui não há instituições multilaterais com suficiente força política nem uma capacidade de exportação de bens manufaturados comparável à, por exemplo, do Sudeste Asiático, nem, evidentemente, ferramentas financeiras próprias.

Além disso, as nossas economias estão alta mente dolarizadas e, devido ao afastamento geográfico, é previsível que nem sequer seja possível cumprir o desejo de alguns de não bloquear a Rússia.

Pelo contrário, tudo aponta para problemas imediatos com determinados fornecimentos (especialmente fertilizantes, que são fundamentais para a produção agrícola), para uma provável estagflação e para renovadas pressões geopolíticas que é muito provável que tomem forma na Cúpula das Américas que será celebrada em junho.

Nesse marco, nem estabilidade política nem equidade social estão garantidas. Em paralelo, interesses chineses na região poderiam converter-se em objeto de pressão.

De fato, embora a presença de Pequim na América Latina não seja tão determinante como na África, estrategicamente falando há elementos que poderiam ser preocupantes desde a ótica ocidental, como a construção chinesa de infraestruturas críticas na área do Caribe ou as intensas relações agrícolas estabelecidas a partir do comércio de soja no Cone Sul.

Olhando para o futuro, também poderia ser preocupante o quão receptiva a nossa região poderia chegar a ser ao estabelecimento de sistemas de

compensação comercial como os promovidos por Pequim. Nesta matéria, resta saber até onde poderia chegar a pressão ocidental, embora caiba interpretar a possível "associação" da Colômbia à Otan como um aviso.

No final, o problema geopolítico subjacente permanece substancialmente inalterado, mesmo no contexto estratégico que parece estar inaugurando a guerra da Ucrânia.

Segue existindo um boom internacional de commodities que o hibridismo do conflito, na medida em que fragmenta politicamente o espaço global, complica, mas não muda. Da América Latina, esse deveria ser considerado o verdadeiro problema estratégico comum: acabará sendo esse o caso?

[...] Tudo aponta para problemas imediatos com determinados fornecimentos, para uma provável estagflação e para renovadas pressões geopolíticas

Tradução Giulia Gaspar

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49877>

Questão ambiental requer realismo (Editorial)

O Painel de Mudanças Climáticas da ONU divulgou a terceira parte de sua avaliação do estado da questão.

Comparada à de oito anos atrás, a primeira parte do relatório, sobre a física das mudanças, e a segunda, sobre suas consequências, trouxeram notícias sombrias: o clima está mudando mais rápido do que se antecipava e os efeitos são piores do que se supunha.

A terceira parte é sobre ações.

Na era industrial, a temperatura global subiu 1,1°C. A ONU estima que, se as emissões de carbono forem zeradas até 2050, há 50% de chance de mantê-la em 1,5°C - meta do Acordo de Paris. Se forem zeradas até 2070, há 50% de chance de mantê-la em 2°C.

São metas improváveis. As emissões precisariam atingir o seu pico até 2025 e cair 43% até 2030. Até 2050, o consumo de carvão precisaria cair 95%; petróleo, 60%; e gás, 45%.

Há notícias positivas. O crescimento das emissões continua, mas na última década a média anual desacelerou de 2,1% para 1,3%. Os preços de energias verdes despencaram: solar e bateria de lítio caíram 85%; eólica, 55%.

O impacto da guerra sobre os combustíveis é um apelo à aceleração da transição energética, mas também um alerta de que ela exige prudência.

Quando a ciência climática começou a tomar corpo, há cinco décadas, tinha três desafios: compreender as mudanças e seus impactos; vencer a inércia e o negacionismo; e descobrir soluções.

Foi bem-sucedida. Hoje é incontroverso que há impactos climáticos graves causados pelo ser humano e é preciso substituir fontes fósseis por renováveis, construir cidades mais verdes e salvar mais florestas. Os meios são cada vez mais consensuais: taxaço crescente sobre o carbono, pesquisa e inovação e adaptação.

Mas, se a inação ante as mudanças climáticas tem custos, as políticas climáticas também têm. Segundo a ONU, manter a temperatura abaixo de 2°C custaria, em 2050, de 1,3% a 2,7% do **PIB** ao ano. Há estudos

que calculam 3,3%.

Uma estimativa oficial da Nova Zelândia estimou que zerar as emissões em 2050 consumiria 16% do seu **PIB**.

O desafio é encontrar uma solução que concilie custos sociais e benefícios ambientais - e vice-versa -, ou seja, o máximo de redução da temperatura com um mínimo de danos sociais ou, de outro modo, o máximo de prosperidade com um mínimo de danos ambientais.

Paradoxalmente, a ameaça mais alarmante a esse desafio é o alarmismo.

Com base na premissa de que as mudanças climáticas são uma ameaça existencial iminente, ele projeta visões apocalípticas de milhões e milhões de pessoas dizimadas por catástrofes naturais, miséria e fome. Mas nos últimos cem anos, mesmo com os impactos climáticos e o crescimento populacional, a melhoria na qualidade de vida reduziu as mortes por catástrofes em mais de 90%. A ONU calcula que, se absolutamente nada for feito para reduzir a temperatura, em 2100 o custo anual para o mundo ficaria entre 2,6% e 4% do **PIB**. Grave, mas não o fim do mundo.

Pessoas bem-intencionadas creem que, para salvar o meio ambiente, precisam multiplicar hipérbolos catastróficas.

Mas isso é perigoso e contraproducente.

Perigoso porque desvia a atenção de outras ameaças globais. Pouco antes de Vladimir Putin lançar sua guerra de destruição na Ucrânia e ameaçar o mundo com bombas nucleares, o Fórum Econômico Mundial declarava que "o fracasso nas ações climáticas" é o maior risco mundial da década. Um foco exasperado nas políticas climáticas e metas irrealistas podem drenar recursos vitais de outras áreas, levando a mais pobreza e violência e menos saúde e educação. Os gastos globais com políticas climáticas chegam a mais de meio trilhão de dólares e seguem crescendo, enquanto os investimentos dos países da OCDE em inovação em saúde, defesa, agricultura ou ciência declinam na proporção do **PIB**.

Por fim, o alarmismo é contraproducente para as

próprias políticas climáticas, pelo mero fato humano de que o medo é mau conselheiro. Seria uma banalidade intolerável dizer que as soluções para as mudanças climáticas dependem de mais razão e menos emoção, se somente os debates globais não estivessem sobrecarregados pela pior das emoções: o pânico.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com custos em alta, produtores de ovos e suínos optam por reduzir a oferta



Haidemann, suinocultor de SC, reduziu matrizes de 600 para 400

LUCIANA DYNIEWICZ

Pressionados pela alta dos custos, acentuada no último mês como consequência da guerra na Ucrânia, produtores de suínos e ovos passaram a reduzir suas ofertas em uma tentativa de elevar os preços de venda e diminuir os prejuízos que foram acumulados nos últimos dois anos. A medida deve dificultar - ainda mais - a vida do consumidor, que enfrenta uma **inflação** de 11,3% nos últimos 12 meses.

Desde o início da pandemia, a cotação do milho, uma das principais matérias-primas da atividade, avançou 71%. Enquanto isso, o preço no atacado da caixa de ovos comercializada em Bastos (SP), cidade que é a maior produtora de ovos do País, aumentou 36%.

No caso da carne de porco, a situação é ainda mais delicada: o valor médio pelo quilo pago ao produtor em cinco Estados subiu 18%.

A analista Juliana Ferraz, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea- Esalq/USP), explica que, para os produtores de suínos, há uma dificuldade de repassar a alta nos custos porque a carne é tida como produto intermediário, nem caro nem barato.

Isso significa que, quando a carne bovina encarece, os consumidores não recorrem à de porco, mas à de frango. "Os preços do suíno acabam ficando muito voláteis e é mais difícil fazer o repasse", diz Juliana.

PREÇO DA RAÇÃO.

Segundo ela, a suinocultura vive uma das piores crises da história, com produtores tendo prejuízos há mais de um ano. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelo setor está o preço da ração. Do total do custo de produção, 70% é com milho e farelo de soja.

O suinocultor Fernando Haidemann Esser, de Santa Catarina, conta que, antes da pandemia, pagava R\$ 45 na saca de milho e R\$ 1,20 no quilo do farelo de soja, também usado na alimentação animal. Em março, chegou a pagar R\$ 105 e R\$ 3,10, respectivamente. Sem conseguir repassar essa alta, diminuiu o número de matrizes de 600 para 400. "A cada ano eu renovava metade do plantel.

Desde agosto passei a reduzir.

Minha reserva financeira acabou. Não tenho mais como fazer reposição", diz. "Antes da guerra, a alimentação já estava cara, mas tinha perspectiva de que os preços comesçassem a cair. Com a guerra, ficou mais difícil." Segundo o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Losivanio de Lorenzi, o prejuízo dos produtores da região hoje é de R\$ 1,10 por quilo de carne e deve se manter por mais um ano, período em que os custos estarão pressionados e ainda haverá excedente de carne suína no mundo.

A oferta da proteína tem crescido globalmente desde 2019, quando a peste suína africana dizimou o plantel da China.

Produtores de todo o mundo ampliaram suas ofertas de forma desordenada para atender o mercado oriental.

OVOS. O setor de ovos também tem registrado perdas. Segundo o Sindicato Rural de Bastos, com o aumento no preço das commodities desde 2020, o custo para produzir uma caixa de 30 dúzias alcançou R\$ 200, enquanto o preço de venda ronda os R\$ 140.

Cristina Yabuta, diretora da entidade, reconhece que houve alta de 40% no preço de venda apenas neste ano, mas afirma que, ainda assim, não foi suficiente para cobrir os custos.

Segundo Cristina, diante do prejuízo, os produtores passaram a mandar as galinhas para o frigorífico e,

assim, o número de aves destinadas à produção de ovos caiu de 12 milhões em 2020 para 8 milhões. "Nunca imaginamos que teríamos tanto prejuízo. Cada galinha é um rio de custos sangrando. E, para nosso consumidor, que é a base da pirâmide, também não está barato", afirma.

Com três granjas em operação em Bastos, Jorge Miyakubo precisava comprar 27 mil pintinhos a cada dois meses para manter o nível de produção.

Agora, reduziu para 21 mil. "Tive de diminuir porque, quanto mais ração, mais prejuízo. Não estou repondo o total para ver se os preços melhoram." Cristina afirma que o equilíbrio entre custo e preço de venda só deve ser atingido quando houver redução ainda maior no número de aves. Isso deve levar cerca de um ano para ocorrer, dado que, ao contrário do ciclo da carne de frango, o do ovo é longo.

São ao menos seis meses para a galinha botar os primeiros ovos e, a partir daí, mais 70 semanas produzindo.

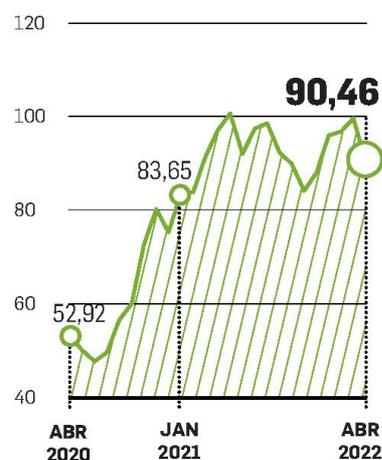
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DESCOMPASSO

Valor pago ao produtor de carne de porco subiu 21% em SC em dois anos, enquanto milho, usado para alimentar animal, avançou 71%

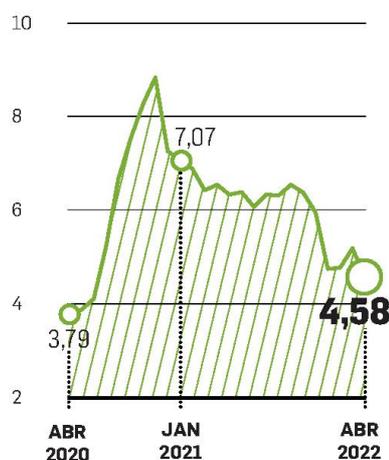
Preço da saca do milho

EM REAIS



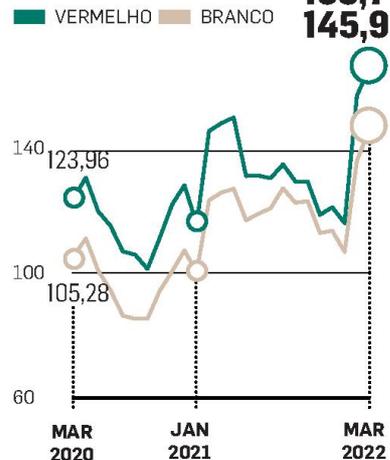
Preço pago ao produtor de carne de porco em Santa Catarina*

EM REAIS POR QUILO



Preço da caixa com 30 dúzias de ovos na cidade de Bastos (SP)

EM REAIS



*NOS ESTADOS DE MG E PR, OS VALORES SÃO MAIS ELEVADOS, MAS A TENDÊNCIA DE VARIAÇÃO ACOMPANHA À DE SC; RS E SP TÊM PREÇOS MAIS PRÓXIMOS AO DE SC

FONTE: CEPEA/ESALQ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Guerra na Ucrânia trouxe ameaça de agravamento da fome no planeta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação maior e juros altos por mais tempo - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

IPCA maior reforça "alívio" na dívida bruta

Estevão Tair De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188

Cresce visão de Selic ainda em alta após maio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187188?page=2§ion=4